

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

MEILENE MARIA DE SOUZA FERREIRA

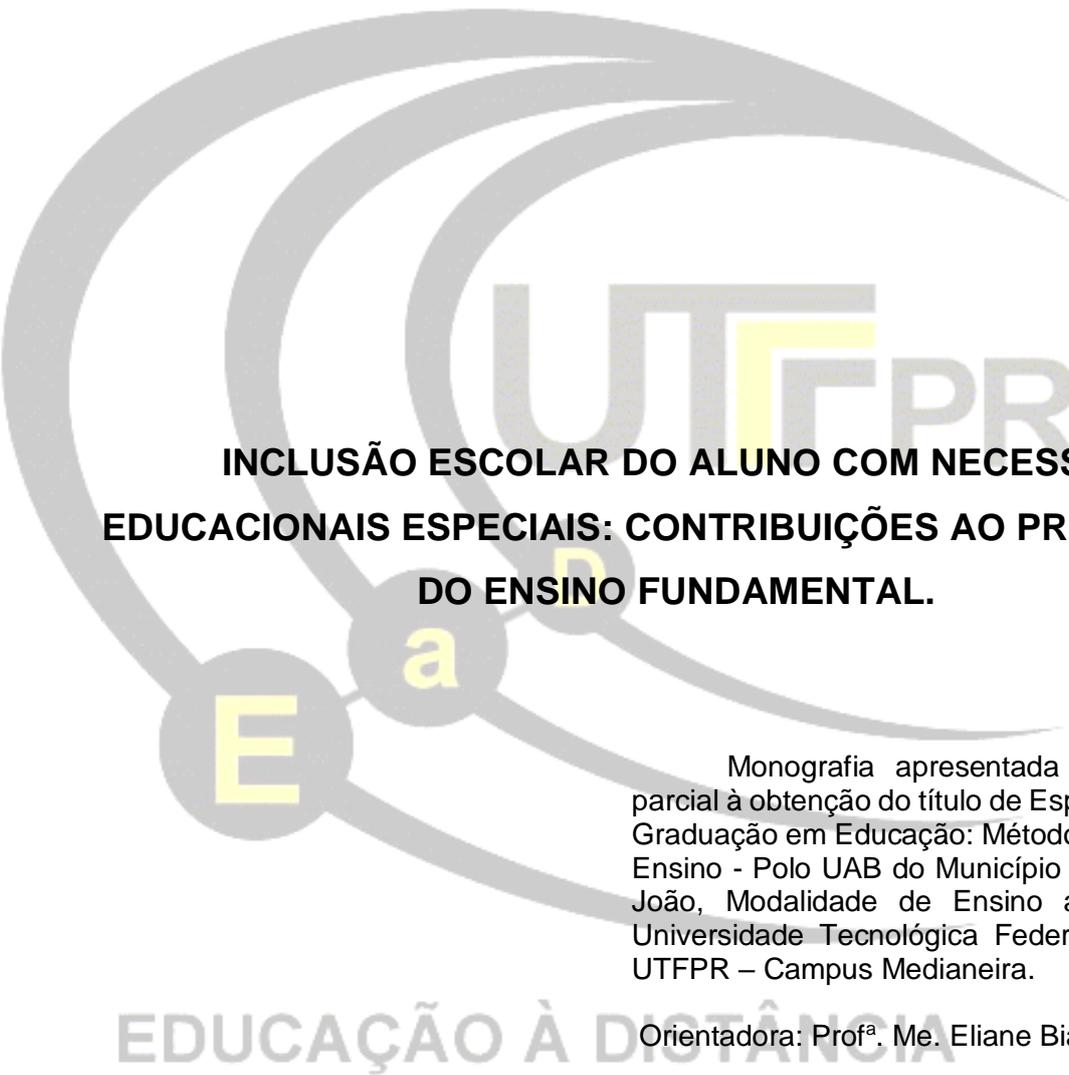
**INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS: CONTRIBUIÇÕES AO PROFESSOR  
DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MATA DE SÃO JOÃO

2018

MEILENE MARIA DE SOUZA FERREIRA



**INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS: CONTRIBUIÇÕES AO PROFESSOR  
DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Eliane Bianchi Wojslaw.

MATA DE SÃO JOÃO

2018



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: CONTRIBUIÇÕES AO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Por

**Meilene Maria de Souza Ferreira**

Esta monografia foi apresentada às 19h30min do dia 8 de junho de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Mata de São João. Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Prof<sup>a</sup>.Me. Eliane Bianchi Wojslaw (Orientadora)  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Fátima Menegazzo Nicodem  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>o</sup>. Ms Neron Alípio Cortes Berghauser  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>a</sup> Yuka Kamila de Oliveira Fujiki  
UTFPR – Polo Mata de São João/BA

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

Dedico essa Monografia a Deus e ao  
meu esposo Edison Ferreira.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me proporcionou mais um momento de experiência através dos estudos, ao meu esposo Edison Ferreira pelo incentivo para conquistar meus ideais profissionais, a minha mãe Valdenice Senna pela formação de caráter e apoio aos estudos contínuos, a Zeus Ferreira meu amigo de todos os momentos, aos meus irmãos Fábio Senna e Pedro Décio que me ajudaram a construir minha história e que mesmos distantes torcem por meu crescimento intelectual, aos meus sobrinhos Pedro Gabriel Ana Laura.

A minha irmã Rosilene Pires, pelas orientações e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação.

À minha orientadora professora Me. Eliane Bianchi Wojslaw, pelas orientações, dedicação e paciência ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O conhecimento serve para encantar  
pessoas, não para humilhá-las.” (MARIO  
SERGIO CORTELLA)

## RESUMO

FERREIRA, Meilene M<sup>a</sup> de Souza. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: Contribuições ao Professor do Ensino Fundamental**. 2018. 35f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho objetiva contribuir com o professor do ensino fundamental, no processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais, enfatizando o direito a educação de qualidade, propondo técnicas e métodos aos professores para que os mesmos as desenvolvam em sua sala de aula. Apesar da existência de dificuldades para inserir esse estudante no ambiente de ensino, dispomos de escolas públicas e privadas que intensificam a inclusão desse público, os tratando com respeito e garantindo a eles um ensino diferenciado de acordo com as necessidades individuais. Os docentes e a direção escolar estão cada vez mais empenhados em proporcionar um melhor ensino, dedicam-se a formação continuada em parceria com a instituição de ensino e o governo, além de observarem continuamente os avanços pedagógicos. Dessa forma, o trabalho foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com o objetivo de pesquisar a inclusão escolar do aluno educacional especial no ensino fundamental, contribuindo com técnicas e métodos que auxiliem os professores em suas salas de aula. Tratar a história da educação inclusiva salientando a importância de incluir, tratamos da importância do projeto político pedagógico nas escolas para o avanço na educação. O estudo possibilitou compreender o acesso dos alunos educacionais especiais nas escolas no ensino fundamental, bem como alertou para uma série de modificações necessárias para que ainda muitos outros estudantes estejam inseridos, dentre elas o preconceito ao diferente. O AEE é pauta do projeto por estar relacionado ao aluno com necessidade educacional especial, proporciona atividades pedagógicas e adaptações para o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Inclusão; Educação Especial; Aluno; Escola; Professor.

## ABSTRACT

FERREIRA, Meilene M<sup>a</sup> de Souza. **SCHOOL INCLUSION OF THE STUDENT WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: Contributions to the Elementary School Teacher**. 2018. 35f. Monograph (Specialization in Education: Teaching Methods and Techniques). Federal Technological University of Paraná, Medianeira, 2018.

This work aims to contribute with the elementary school teacher, in the process of school inclusion of the student with special educational needs, emphasizing the right to quality education, proposing techniques and methods to teachers to develop them in their classroom. In spite of the difficulties to insert this student in the teaching environment, we have public and private schools that intensify the inclusion of this public, treating them with respect and guaranteeing them a differentiated education according to the individual needs. Teachers and school administrators are increasingly committed to providing better education, engaging in ongoing training in partnership with the educational institution and government, and continually observing educational developments. Thus, the work was developed through a qualitative bibliographical research with the objective of researching the school inclusion of the special educational student in elementary school, contributing with techniques and methods that help teachers in their classrooms. Addressing the history of inclusive education stressing the importance of including, we address the importance of the political pedagogical project in schools for advancement in education. The study made it possible to understand the access of special educational students in primary schools, as well as alerted to a series of modifications necessary for many other students to be inserted, among them prejudice to the different. The ESA is a project guide because it is related to students with special educational needs, provides pedagogical activities and adaptations for their development.

**Keywords:** Inclusion; Special education; Student; School; Teacher.

**SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
2.1 PESQUISA QUALITATIVA.....	14
2.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	15
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	15
2.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	15
2.3.2 Pesquisa documental.....	16
<b>3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>18</b>
3.1 Histórico da Inclusão Escolar.....	18
3.1.1 Educação Inclusiva.....	20
3.1.1.1 Principais dificuldades encontradas pelo professor e pelo aluno especial....	22
3.2 Práticas Pedagógicas....	24
3.2.1 A escola inclusiva e o papel do professor .....	25
3.2.2 O Aluno educacional especial.....	26
3.2.3 Técnicas e Métodos Educacionais .....	28
3.3 Análise de um Planejamento Escolar.....	29
3.3.1 A.E.E – Atendimento Educacional Especializado.....	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais é um tema complexo na educação brasileira sendo um processo que busca evoluir há décadas. A problemática das dificuldades de inclusão destes alunos no sistema educacional brasileiro é complexo e pode ser observado através de diversos eventos, circunstâncias e fatos históricos. Os alunos com necessidades educacionais especiais, de ordem física ou mental inseridos nas escolas são crianças de diversas faixas etárias, séries, níveis sociais e com deficiências e limitações bem diversificadas. A partir desta problemática este estudo pretende compreender melhor o tema com foco na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial dispõe que o público-alvo da educação especial é composto por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação. O público alvo dessa pesquisa é, portanto, o aluno, a criança, o discente, o ser humano com necessidades especiais as devido a alguma anomalia física, de ordem natural ou adquirida, que lhes cause limitações de movimentos. É este público a mola propulsora para este estudo que almeja oferecer aos docentes algumas sugestões para melhor atender este público.

Os discentes que sofrem algum tipo de necessidade especial muitas vezes perpassam desde o nascimento por muitos procedimentos clínicos medicamentosos e psicológicos, até a chegada do ambiente escolar, onde essa criança será inserida no processo pedagógico-educacional, muitas das vezes pela primeira vez. Desta forma, em uma turma com um número significativo de alunos ativos e ditos normais, os alunos com necessidades especiais deveriam ser inseridos de forma dinâmica, organizada e educativa, mas nem sempre isto acontece, por diversas razões, a exemplo do despreparo técnico dos professores, da falta de cooperação entre os próprios alunos da sala e a falta de infraestrutura da escola, entre tantos outros percalços que não nos permitem grandes avanços.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, em seu capítulo V, a educação dos portadores de necessidades especiais se dá preferencialmente na rede regular de ensino. O artigo 58 diz que haverá, sempre que necessário, serviço de apoio especializado para o aluno de educação especial; e o artigo 59, assegura ao

educando professores habilitados para atendimento especializado, bem como a sua integração em salas comuns. Diante da lei, presume-se que a equipe escolar deve estar preparada para receber, orientar, educar e dar suporte pedagógico metodológico para esse aluno especial, o qual junto com sua família almeja avanços educacionais.

Afirma Estrela (1996), que é no cotidiano da escola que se revelam as necessidades de formação do professor, onde se forja a sua identidade profissional. Vale ressaltar a importância do preparo dos docentes, da equipe de apoio e inclusive do gestor escolar para acolhimento desse aluno com necessidade especial pelos colegas da turma e da escola em si. É quando o papel do coordenador pedagógico é indispensável, quer seja como supervisor escolar ou orientador educacional, pois nesse momento existem dois processos de inclusão, o da inserção do especial e o da recepção, da aceitação por parte dos alunos normais.

No ensino fundamental, a dedicação e o olhar pedagógico do professor para com esse aluno é simplesmente basilar. É necessário gerar estímulos a todo instante, serem motivados a aprender todos os assuntos propostos em sala de aula e fora dela, levando em consideração seus níveis de limitações e suas vivências em outros ambientes, a partir desses pontos que a pesquisa bibliográfica vai propor como objeto de estudo algumas técnicas e métodos para agregar valores educacionais a outros colegas.

O espaço físico escolar tem suas contribuições para o bem-estar e deslocamento com segurança desse aluno com necessidades educacionais especiais. Inserir ferramentas e criar meios para que esse aluno seja incluso na escola é também um processo educativo, democrático e de respeito mútuo. Com a contribuição de todos, esse aluno provavelmente alcançará grandes resultados, transpassando obstáculos e vislumbrando novos horizontes.

Considerando todo o exposto, o presente estudo tem como objetivo geral:

**Pesquisar** a inclusão escolar do aluno educacional especial no ensino fundamental. De acordo com objetivo geral, os objetivos específicos são: fazer um levantamento das principais dificuldades encontradas pelo professor e pelo aluno com necessidades especiais; propor técnicas e métodos para auxiliar na didática do professor de alunos com necessidades especiais; analisar um modelo de planejamento específico com os profissionais que atuam diretamente com esses alunos, incluindo a participação da família e do corpo clínico.

A inclusão escolar, tema abordado para tal estudo monográfico, é deveras valoroso para a comunidade escolar, ou seja, todos envolvidos na vida do aluno. Os estudos e olhares atentos sobre o tema podem proporcionar o desenvolvimento educativo da equipe que atua diretamente com os alunos e através de práticas didáticas individuais e coletivas pode alavancar a educação de pessoas que outrora foram esquecidas e marginalizadas pela sociedade.

Este estudo é relevante pois além de contribuir efetivamente para o avanço da inclusão escolar, oportunizando ao professor novas técnicas, métodos e experiências, visa fazer um levantamento da legislação vigente que protege e recomenda ações para inclusão social dos alunos especiais. É um trabalho viável e ser realizada pois consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental do tema, em artigos, livros, debates e filmes atuais pois pretende atualizar os docentes sobre técnicas e metodologias de ensino visando a inclusão.

Tendo em vista esses desafios, indaga-se: Como o professor do ensino fundamental pode contribuir no processo de inclusão escolar desse aluno com necessidades educacionais especiais.

O professor deve estar apto tal função, deve sentir-se capaz e sensível ao novo desafio, mantendo-se em estudos e pesquisas continua, além, de torna-se aliado do AEE para lograr bons resultados.

Hipótese 1 - Todo aluno com necessidades educacionais especiais é de fato especial, muitos tem mais de uma deficiência, vivem uma história e um cotidiano não tão prático, e esses fatores devem ser levados em consideração quanto as técnicas e métodos que serão inclusos em suas atividades diárias. Há necessidade de um planejamento específico com os profissionais diretos desses alunos, incluindo a participação da família e do corpo clínico.

Hipótese 2 - Certamente, ao fim da elaboração monográfica ter-se-ão novas experiências e novas perspectivas relevantes para a educação inclusiva, para os alunos educacionais especiais e para o professor do ensino fundamental. Grandes avanços se dar através de pequenas ações, sendo assim, foram estudadas as bibliografias pertinentes ao tema, sugerir técnicas e métodos para adequar a vivência desse aluno e desse professor.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Metodologia, para Andrade (2010, p. 117), é “(...) o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Nesta perspectiva, Minayo (2007, p.44) reafirma que a metodologia de um trabalho científico abrange o caminho do pensamento ou a forma de investigar o objeto que se deseja investigar.

De acordo com as afirmações acima descritas, a metodologia é o caminho que norteia toda a pesquisa, diferente do método que são os procedimentos, as diversas estratégias que o pesquisador dará para construir seu projeto. Por não serem iguais, metodologia e método são dois termos que permanecem juntos, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (MINAYO, 2007, p. 44).

A metodologia utilizada na construção dessa monografia quanto à sua natureza constitui-se em uma pesquisa de cunho qualitativo; quanto aos procedimentos, o estudo é classificado como exploratório e, por fim, os instrumentos de coleta de dados utilizados para averiguação dos objetivos foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, descritas a seguir.

Esse trabalho foi pautado em referências bibliográficas uteis para seu desenvolvimento e conclusão, objetivando um estudo sobre a Educação Inclusiva e os alunos com necessidades educacionais especiais e nesse enredo buscou-se trazer algumas contribuições para o professor do ensino regular.

### **2.1 PESQUISA QUALITATIVA**

Segundo Minayo (2008) o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

Segundo Marconi e Lakatos (2011):

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento

humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Desta forma o objeto de estudo desta monografia foi a Criança com Necessidades Educacionais Especiais e suas contribuições para o professor do ensino regular. Através da pesquisa qualitativa, buscou-se averiguar as hipóteses iniciais da pesquisa e concluir com resultados favoráveis.

## **2.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA**

Quanto aos procedimentos de pesquisa, esta pesquisa apropriou-se do método exploratório, que objetivou construir maior proximidade com o problema. Pesquisa exploratória é portanto definida por Gil (2010) como a modalidade que:

Têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar. (GIL, 2010, p.33)

Assim o estudo utilizou da pesquisa exploratória, visando buscar um maior conhecimento do tema escolhido.

## **2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Os instrumentos deste estudo foram a pesquisa bibliográfica e a documental, apresentados em detalhes a seguir:

### **2.3.1 Pesquisa Bibliográfica**

Quanto aos procedimentos de pesquisa, esta pesquisa apropriou-se do método exploratório, que objetivou construir maior proximidade com o problema. Pesquisa exploratória é portanto definida por Gil (2010) como a modalidade que:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de

informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnética, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet. (GIL, 2010, p.29)

Vergara (1998, p. 46) concorda ao dizer que pesquisa exploratória “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, (...)”. Desta forma com base em referências bibliográficas, para a elaboração dessa pesquisa utilizou-se de material já existentes.

No Quadro 1 é possível visualizar uma síntese dos principais aportes teóricos e bibliográficos utilizados neste estudo:

Quadro 1 – Síntese da pesquisa bibliográfica

<b>Tema/ Aporte teórico</b>	<b>Autores/ ano</b>
Educação Inclusiva	Marchesi e Martin (1995); Sasaki (1998) e Mantoan (1997a); Melli (2002)
Principais Dificuldades Encontradas pelo Professor e pelo alunos especial	Coll (2010); Melli (2002); Carvalho (1998); Saint-Laurent (1997); Norwich (1993)
Práticas Pedagógicas	Coll (2010); Carvalho (1998);
A Escola Inclusiva e o Papel do Professor	Freire (1999); Mrech (1998); Saviani (1995);
O Aluno Educacional Especial	Freire (1999);
Técnicas e Métodos Educacionais	Mantoan (1997; 2002); Baumel (1998)
Análise de um Planejamento Escolar	Melli (2002)
A.E.E	Baptista e Mantoan (2005); Alves (2006)

Fonte: elaborado pela acadêmica (2018)

Estes foram os principais autores utilizados durante a pesquisa bibliográfica e que puderam servir de base para a realização deste estudo.

### **2.3.2 Pesquisa documental**

Para o estudo presente foi de muita importância a pesquisa documental, pois com bases em documentos relevantes para o objetivo fim do texto. Pesquisa Documental segundo Gil (2008) são:

Os documentos de primeira mão que não receberam tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, etc. Os documentos de segunda mão são os que já foram analisados como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, entre outros.

Nesta pesquisa, foram investigados documentos e leis para descrever e comparar informações, a exemplo dos seguintes podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese da pesquisa documental

Tópico pesquisado	Documento / Ano
Histórico da Inclusão Escolar	Declaração de Salamanca (1994); MEC (2001); Constituição Federal (1998); LDB (1996); Estrela(1996); Sasaki(1999)
Educação Inclusiva	Warnock (1978); UNESCO (1994); PDE-SEED/PR (2008/2009);
Principais Dificuldades Encontradas pelo Professor e pelo Aluno Especial	ABNT (Nº9050); Decreto Federal (5.296/2004)
A Escola Inclusiva e o Papel do Professor	LDB (2001)
O Aluno Educacional Especial	ECA (1990); Declaração de Salamanca (1994); MEC (2006)
Técnicas e Métodos Educacionais	CNEB (2001)
A.E.E	Brasil (2008)

Fonte: elaborado pela acadêmica (2018)

Esses documentos oficiais garantiram um trabalho fundamentado em Leis e Decretos reais tornando o texto de melhor compreensão.

### 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo descreve a história da Educação Inclusiva, sua importância para o ensino no Brasil e o processo de inserção de alunos educacionais especiais em escolas regulares. Destacando as dificuldades para inserir esse aluno na escola apesar de existir Leis específicas que garantem tal direito. Enfatizamos os benefícios dessa inclusão tanto para o aluno educacional especial quanto para o dito normal, levando em consideração o papel do professor, da escola, da família, dos demais colegas e do centro de apoio que normalmente existem para acompanhar as necessidades e limitações do estudante que tenha quaisquer nível de dificuldade que o impeça de desenvolver as suas habilidades em sala de aula.

É presente a necessidade de aprender a conviver com as diversidades e por isso pesquisamos e lutamos por mais oportunidades para que esse processo de inclusão aconteça de forma eficiente, sendo o mesmo ainda um grande desafio com novas descobertas, leis e tantos outros meios que facilitam e norteiam os avanços para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

#### 3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em nível mundial afirma-se que a educação inclusiva foi impulsionada a partir da Declaração de Salamanca, fato histórico que ocorreu na Espanha no ano de 1994. O relatório trouxe como proposta a discussão sobre a necessidade de uma escola para todos, o que configurou uma reflexão acerca da prática pedagógica referente a exclusões generalizadas no interior das instituições de ensino vigentes. Segundo o documento:

(...) Escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajoso ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Desta forma, a Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a importância da inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, não importando a sua deficiência, contrariando a

educação de décadas passadas que definiam um padrão de aluno para a escola comum. Como houve uma repercussão significativa, o relatório de Salamanca foi agregado às Políticas Educacionais Brasileira, tendo como princípios básicos:

I. Que todas as crianças de ambos os sexos têm o direito fundamental à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos; II. Que cada criança tem características, interesses e necessidades de aprendizagens que lhe são próprias; III. Que os sistemas educacionais devem ser projetados, e os programas aplicados de modo a levarem em conta toda essa gama de diferentes características e necessidades; IV. Que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que deverão integrá-las em uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer essas necessidades; V. Que as escolas regulares com educação integradora representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades de acolhimento, construir uma sociedade integradora e obter a educação para todos.

No Brasil, o Ministério da Educação - MEC informa que a educação inclusiva no país ganhou espaço para acessibilidade na década de 70, para esse acontecimento foi necessário que os novos alunos inclusos se adequassem ao plano de ensino das escolas. Dois marcos importantes que proporcionaram um atendimento exclusivo a todos que possuíam uma necessidade especial, foram a Fundação Pestalozzi, em 1926, e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954. (BRASIL, 2001)

Na legislação Brasileira, todos têm o direito à educação, como estabelecido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1998) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1996), é um dever do Estado e da família oportunizar a educação, independente da série, idade e necessidade especial. Ambas as leis flexibilizam e garantem a educação dos alunos com deficiência, devendo ser ministrado por docente especializado e garantido pela rede regular de ensino. O papel da escola quanto a Educação Inclusiva foi fortalecido com a aceitação do governo Brasileiro à Declaração de Salamanca.

Dentre os diversos documentos contendo normas e acordos sobre uma educação de qualidade para todos, destaca-se a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas da Aprendizagem, resultado da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos que ocorreu em Jomtien na Tailândia em 1990. A declaração reafirma a importância do direito a educação para todos, sendo essencial para o desenvolvimento econômico e social do País. Além de propor o combate à discriminação desta forma promovendo a ideia de atendimento

das necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos, em especial aquele que possui alguma deficiência.

Segundo Sasaki, a educação inclusiva objetiva construir uma sociedade para todos, devendo sua prática:

(...) repousar em princípios até então considerados incomuns, tais como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (SASSAKI, 1999, p.42)

Pode-se afirmar que a Educação Inclusiva é para todos e de forma crescente alcança as metas propostas e estabelecidas pelo MEC e todos os demais órgãos do sistema educacional nacional, objetivando sempre o aluno especial, dessa forma a educação brasileira constrói e reconstrói histórias com desafios pertinentes ao processo de inserção desse alunado. Sendo assim, evolui-se humanamente e possibilita uma diversidade de oportunidades para os alunos com necessidades educacionais especiais.

### 3.1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao pensar e debater sadiamente sobre o tema Educação Inclusiva, não se pontua a deficiência ou a dificuldade, atenta-se ao direito adquirido a educação que todos os seres humanos em idade escolar têm, empenha-se a pesquisas, estudos e métodos adequados para que esse ser sinta-se parte do processo de aprendizagem. De acordo, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) define necessidades especiais:

(...) a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994, p. 15).

Em 1978, na Inglaterra divulgou-se no Informe Warnock (1978) a nova terminologia para as pessoas deficientes com o objetivo de não usar termos pejorativos, depois de realizado um atendimento a um grupo de deficientes constataram-se que uma em cada cinco crianças apresentava a necessidade educacional especial. A partir desse momento, houve a alteração da terminologia, de

“deficiente” passando a receber a nomenclatura de “necessidades especiais”, no nosso caso, necessidades educacionais especiais. Sobre isso, Marchesi e Martin (1995, p.13) dizem:

Ao passo que a concepção baseada na deficiência considerava mais normal à escolarização destes alunos em centro específicos de educação especial, a concepção baseada nas necessidades educacionais especiais vê a integração como opção normal, sendo extraordinárias as decisões mais segregadas.

Na rede regular de ensino os alunos com necessidades especiais foram inseridos, de forma sutil, nos anos 60, permanecendo em progresso lento, porém, ativo e sólido. Esse novo conceito foi inserido em 1994 com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), sendo redefinido de forma a abranger todas as crianças e jovens com quaisquer tipos e níveis de necessidades especiais. Em continuidade a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva os sistemas educacionais devem assumir que:

As diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. (BRASIL,1994, p.4)

De acordo com o texto acima, reitera-se a necessidade humanística para a convivência saudável e respeitosa, independente da classe social, da raça, da cor da pele, da denominação religiosa e principalmente da deficiência educacional especial que o indivíduo possua. Em verdade, todos os seres humanos possuem um déficit educacional, que requer acompanhamento em sala de aula e planejamentos escolares bem elaborados para intervir especificamente por turma, por série, por idade e por limitações individuais que cada qual possua. Cabe à sociedade respeitar as diferenças e desconstruir a ideia de que é preciso criar novas classes, novos povos e novas nomenclaturas para um determinado grupo. (PDE-SEED/PR, 2008/2009)

Bem verdade, que a razão da dificuldade à acessibilidade e inclusão escolar é responsabilidade direta do preconceito enraizado em nossa cultura. Devemos sim, aceitar todas as crianças, enquanto seres humanos capazes de superar obstáculos e viver uma vida escolar plena, repleta de aprendizados e experiências enriquecedoras. Nessa perspectiva, Sassaki (1998) e Mantoan (1997a) afirmam que é a escola que deve se adaptar as crianças, de modo a atender a todos os alunos, e não o contrário.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é um processo de desafios, desde a integração no espaço físico da escola até o convívio familiar. São várias etapas que requerem modificações, estudos e dedicação aos detalhes tanto para o aluno dito normal, quanto para o aluno especial. O convívio com pessoas que têm alguma deficiência promove possibilidades de sentimentos positivos como, o respeito ao diferente não deixando de ser especial, a responsabilidade social para exigência de melhorias e de nossos direitos, a cooperação, a solidariedade e tantos outros que são despertados, deixando para trás o preconceito e a discriminação. (MELLI, 2002, p.17-20).

### 3.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO PROFESSOR E PELO ALUNO ESPECIAL.

Fazer um levantamento das principais dificuldades encontradas pelo professor e pelo aluno com necessidades especiais é o primeiro objetivo desse projeto. No processo de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais nos ambientes escolares o professor depara-se com uma série de problemas cotidianos. A seguir são pontuados alguns problemas que com frequência ocorrem nas instituições de ensino. Segundo Norwich (1993) são quatro os dilemas principais, são eles:

Figura 01 – Problemas cotidianos dos alunos com necessidades especiais e dos professores.

PROBLEMAS COTIDIANOS	DÚVIDAS DOS EDUCADORES
Currículo	De que forma o aluno deve aprender os conteúdos;
Integração	Em qual classe esse aluno terá êxito, na regular ou específica;
Identificação	Em qual classe esse aluno terá êxito, na regular ou específica;
Pais X Profissionais da educação	Quem tem maior influência na escola;

Fonte – Adaptado Coll, César; Marquesi, Álvaro; Palacio, Jesús (2010)

Os alunos com necessidades especiais normalmente têm uma predisposição para utilizar materiais improvisados por conta da sua restrição, o que não dificulta a aula, porém chama a atenção para um potencial e sensibilidade maior para a criatividade que deve ser estimulada pelo professor em sala, aproveitando todos os

recursos pedagógicos que a escola ofereça. É indicado uma intervenção pedagógica no currículo escolar, na estrutura física, enfim, no acolhimento e integração desse aluno ao ambiente de aprendizado (MELLI, 2002. p. 22-24)

Em relação ao currículo, é claro que os alunos com deficiência possuem limitações de ordem sensorial, física, intelectual, afetiva ou social, que os diferenciam dos seus pares, porém, os educadores não podem afirmar imediatamente o quanto uma criança pode ou não aprender. O importante é que os professores entendam que existem diferenças individuais entre quaisquer crianças, existem preferências e ritmos de aprendizagem, e tudo isto deve ser levado em consideração e ser respeitado no momento da organização de ações educativas. Estas precisam estar ajustadas às necessidades educacionais dos alunos, sem que os conteúdos acadêmicos sejam prejudicados (CARVALHO, 1998, p.2-3).

Referente a currículo, em seus estudos Norwich(1993) elaborou perguntas aos professores sobre como resolvê-lo. A resposta mais comum foi a seguinte:

Proporcionas tantas experiências iguais de aprendizagem quanto possível, ao mesmo tempo em que se levam em conta as necessidades individuais. Manter um equilíbrio. Isto é difícil e requer compromisso e recursos.

Deve-se observar outros fatores como a metodologia utilizada e os meios de acesso desse alunos ao currículo. É preciso analisar de forma mais detalhada os componentes curriculares, devendo ser comum para todos e levar em consideração elementos que devem ser modificados para suprir problemas de aprendizagem dos alunos. Norwich(1993)

O currículo deve ser elaborado e planejado de forma a atender as necessidades e específicas e gerais da turma, inclusive as dos alunos que possuam a necessidade educacional especial, levando em consideração o meio em que vivem e suas origens. (MELLI, 2002, p.24)

Segundo Saint-Laurent (1997), os elementos-chaves de uma classe inclusiva são o ensino colaborativo, o tutoramento pelos pares e a aprendizagem cooperativa. A integração ocorre quando a classe entende que o respeito, a cooperação e o ato solidário se unem de forma natural para o aprendizado coletivo.

Na instituição de ensino e na turma com os colegas, muitas crianças não sabem adequadamente como nomear o seu colega como necessidade especial, neste caso

cabe ao professor orientá-los a tratá-los de forma natural, sem adjetivos e brincadeiras que gerem discriminação ou preconceito. (MELLI, 2002)

Muitas escolas que aceitam alunos com necessidades educacionais especiais realizam um trabalho pedagógico vinculado aos pais e responsáveis por tais alunos, portanto, os dois têm papel fundamental e determinante nos programas de aprendizagens voltados para a criança. O que facilita muito o desenvolvimento, sendo oportunizados grandes avanços e realizações. (MELLI, 2002)

No que tange a estrutura física escolar há uma otimização dos espaços, o que ainda é longe do ideal. Com base no decreto federal nº 5.296/2004 há um estabelecimento de normas e critérios que promove a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que facilita a sua independência e transforma-se em um compromisso ético-político.

Seguindo as normas da ABNT nº9050 e os subsídios do FUNDESCOLA quanto a elaboração de projetos e adequação de edificações escolares, as escolas devem ofertar um espaço físico adaptado para as variadas necessidades especiais. Além de requisitar novas posturas da escola quantas as políticas, as práticas pedagógicas, metas e programas implementados que favorecem a aprendizagem dos alunos, gerando no aluno e aos pais uma segurança no ambiente em que passam maior parte do dia.

### 3.3 PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O segundo objetivo desse trabalho propõe técnicas e métodos para auxiliar na didática do professor de alunos com necessidades especiais. A prática pedagógica do professor e da coordenação escolar é um dos alicerces para a transmissão de saberes, desenvolvimento humano intelectual e social, ao adotar com compromisso e ética suas respectivas funções, esses profissionais realizam com empenho um trabalho de crescimento educativo fundamental para a valorização, convívio e humanização do dito *diferente*, ou seja, dos alunos com necessidades educacionais especiais. (COLL, 2010)

Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância do currículo escolar para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais, cabe a intervenção pedagógica para atender de forma individual e coletiva as necessidades de conhecimento intelectual do público alvo. É importante o

professor entender as diferenças individuais de cada aluno, levando em consideração na elaboração do currículo as limitações, cultura, os diagnósticos médicos que os caracterizam com tal dificuldade e/ou deficiência física ou mental, de qualquer ordem. Afinal não se está discutindo as diversas anomalias e sim ressaltando a importância de um currículo apropriado para cada indivíduo. (COLL, 2010)

Carvalho (1998, p.4), diz:

Para obter êxito, o professor precisa adequar a sua intervenção à maneira peculiar de aprender de cada um de seus alunos, em respeito às diferenças individuais e para cumprir a finalidade de intervenção educativa escolar.

Diante da afirmação, é livre quais caminhos o educador fará para que o estudante aprenda de forma significativa, assimilando os conteúdos e participando de disciplinas específicas e extraclasse. Nesse momento é importante contar com professores que tenham suas práticas alicerçadas em uma pedagogia voltada para o aluno e não para sua necessidade especial, garantindo o acesso e a permanência a educação com qualidade e progresso em suas fases de aprendizagem.

### 3.4A ESCOLA INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR

Entendemos que a escola é de todos e independentemente de suas origens os alunos com necessidades educacionais especiais recebem atendimento diferenciado de forma que possa superar suas dificuldades. Os avanços que a escola inclusiva tem dado em parceria com o professor em um trabalho dinâmico, envolve de forma produtiva essas duas ferramentas.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, P.52).

A escola inclusiva é gradativa e permite a sociedade uma adequação inovadora no sistema educacional, construindo novas práticas na instituição, mais saberes e reinventando práticas pedagógicas desafiadoras, tudo para garantir a qualidade o ensino para todos. O professor é peça fundamental no processo de inserção desse aluno com necessidades educacionais especiais, pois depende dele um processo de

ensino dinâmico e flexível. De acordo com Freire (1999, p.25) “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Os educadores podem desenvolver seus papéis de forma colaborativa, trocando assim conhecimentos e experiências, despertando a criatividade para inserir em seu currículo diversas atividades que beneficie o currículo e conseqüentemente seus alunos. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. (MRECH, 1998)

Acrescenta Mantoan (2003, s/d, 7-8):

Quanto à formação continuada, os professores teriam garantido um tempo de estudo nas escolas e em seus horários de trabalho para: discutir entre si as suas práticas e trocar experiências; atualizar conhecimentos; dirimir dúvidas; esclarecer situações de sala de aula e cooperativa e coletivamente delinear teorias e próprias para explicar como ensinam e como as crianças aprendem em suas escolas. Essa modalidade de formação em serviço inclui também uma auto – formação, porque exige do professor um esforço individual de atualização profissional. (MANTOAN, 2003, P.7-8)

Segundo Saviani (1995) “Ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente” (SAVIANI, 1995, p.45). Desse modo, é fundamental a formação em nível superior e técnico de profissionais da educação básica, baseado na LDB em seu artigo 62, onde a finalidade é pesquisa, ensino extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica considerado necessário (BRASIL, 2001b, p. 143).

Diante do exposto afirma-se que a formação continuada contribuirá significativamente para a especialização específica dos professores em sala de aula para com os alunos comuns e sobretudo os alunos com necessidades educacionais especiais.

### **3.4.1 O aluno educacional especial**

A criança é a ferramenta de trabalho do professor, nosso futuro tão esperado, esperança de novas perspectivas. Protegemos e defendemos enquanto educadores de todos e quaisquer abusos causados pelas instituições destinadas a proteção direta do ser em questão. Garantir seus direitos é garantir uma ser humano saudável e social.

Art.5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

Com base na Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 5º, O aluno é dotado de muitas inteligências independente do seu percentual de dificuldade e tem o direito garantido de ser bem assistido na instituição de ensino para um aprendizado intelectual, social e humano.

Nas instituições de ensino de todos os níveis assim como na sociedade em geral, o estudante que possui a necessidade educacional especial é rotulado e discriminado por ser diferente, essa diferença causa incômodos e desafia muitos humanos que não sabem conviver com tal experiência. De acordo com o ECA (Art.18, p.08) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

O aluno educacional especial tem direito a educação fundamental e um nível de aprendizado satisfatório, que gere desafios, ele é parte do processo e deve ser incluso e aceito de forma respeitosa, humana e igualitária. Pautado nas inúmeras leis existentes, que protegem e garantem os direitos adquiridos e instituídos pelas autoridades sociais. “As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Em sala de aula o aluno é assistido por professores que geralmente possuem formações específicas para instruir, além de ter o apoio, a troca de afeto e o relacionamento amigável com os colegas de sala de aula. De acordo com Paulo Freire (FREIRE, 1999, p.11), ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Incluir é inserir todos os alunos no ensino regular o que gera mudanças na estrutura física da instituição de ensino e em suas áreas livres, adaptações na sala de aula e em seu mobiliário, alterações no PPP (Projeto Político Pedagógico) que ao ser construído no âmbito escolar e de forma democrática, deve observar as necessidades educacionais especiais dos alunos para implementar um currículo com recursos pedagógicos favoráveis ao desenvolvimento educacional do aluno. (MEC, 2006)

### 3.4.2 Técnicas e métodos educacionais

Há diversos projetos, planejamentos, técnicas e métodos sugestivos para o aluno educacional especial, que visam contribuir com o progresso da educação inclusiva. Segundo Mantoan, a inclusão não prevê utilização de métodos e técnicas específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma ideia, resolver um problema, ou realizar uma tarefa. (MANTOAN, 1997, p.5).

Desta forma, o ideal é trabalhar a diversidade de habilidades e competências do aluno, destacando sempre a vocação natural de cada criança valorizando-os e estimulando o desenvolvimento dentro e fora de sala. Sendo necessários em qualquer instituição de ensino no mínimo dois espaços pedagógicos, a sala de aula onde o aluno tem contato direto com o educador e seus colegas, e a geralmente nomeada sala de apoio, que é o espaço do professor especialista em deficiências que causam dificuldades no processo de aprendizagem do aluno no âmbito escolar e da sala de aula no formato padrão.

De acordo com Baumel (1998, p.35):

A escola inclusiva permite, na prática, evidenciar o fundamentos de que todas as crianças devem aprender juntas, com dificuldades ou diferenças que apresentam. Isso se reporta à elaboração de planos que reconheçam e respondam às necessidades dos alunos. Em outras palavras, visa acomodar estilos e ritmos de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (BAUMEL, 1998, P.35)

Para Mantoan (2002, p.5) “A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas específicas para esta ou aquela deficiência”. Portanto, não existem técnicas e/ou métodos especiais para o bom andamento do ensino, e sim por parte do professor uma longa jornada de pesquisas individuais para cada aluno, além de estudos específicos para cada necessidade especial e estratégias que auxiliem os alunos a superarem suas dificuldades de aprendizagem. O educador é o mediador direto de cada criança e nele está a responsabilidade de fazer algo novo de novo

diariamente, mantendo o desafio de atualizar-se com notícias correlatas ao progresso da inclusão.

Ainda em benefício as melhorias pedagógicas para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, os docentes investem em estudos para especializações e formações específicas em nível superior e técnico. O governo Federal, Estadual e Municipal dedica parte dos investimentos com a educação para a formação continuada do profissional de educação. Vale ressaltar que nem sempre há a contribuição dos professores para tal desafio, é uma tarefa árdua que demanda tempo, conversas e incentivos para que os mesmos sintam-se confortáveis com o novo. (CNEB, 2001)

### 3.5 ANÁLISE DE UM PLANEJAMENTO ESCOLAR FEITO PELA ESCOLA, FAMÍLIA E CORPO CLÍNICO

A inclusão escolar é um processo que caminha a passos lentos, porém, já conquistou muitas pessoas que tem direito a esse atendimento exclusivo, garantindo o direito a educação em todos os níveis de formação e idade. Para a concretização dessa inserção faz-se notório a presença da família e/ou responsáveis pelo estudante, da escola de forma geral e de um corpo clínico. Extraído do livro Caminhos Pedagógicos da Inclusão (p. 29-40), abaixo segue relatos sobre as diversas experiências em uma rotina escolar que envolvem alunos com necessidades educacionais especiais.

O Colégio Dom José Lafayette Ferreira Alvares de Bragança Paulista-SP, a instituição de ensino tornou-se uma escola inclusiva sendo mantida pelo Instituto Social Educacional – I.S.E, o órgão é uma instituição beneficente, sem fins lucrativos. A escola é particular que compreende os ensinos infantil e fundamental, a rotina escolar do ensino fundamental é composta por etapas essenciais ao desenvolvimento pedagógico da criança. No quadro a seguir tem-se a descrição da rotina do dia com atividades e formas de trabalho para os alunos em geral, inclusive os especiais: (MELLI, 2002)

Quadro 3 – Rotina Escolar do Ensino Fundamental.

1. Conversação	Momentos em que as crianças conversam sobre temas atuais que estão sendo discutidos no dia-a-dia, desenvolvendo sempre uma posição crítica diante deles.
----------------	--

2. Atividade Coletiva	Momento em que as crianças trabalha todas juntas, o conteúdo de um dos componentes curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes), proposto pela professora.
3. Planificação Das atividades diversificadas	Momentos em que as crianças escolhem os componentes curriculares que irão trabalhar por meio do leque de atividades proposto pelo professor para aquele dia letivo.
4. Execução	Momento em que as crianças se agrupam em pequenos grupos para a realização das atividades escolhidas na planificação. Neste momento, a professora percorre os grupos, estimulando o processo de aprendizagem e de desenvolvimentos dos alunos.
5. Comunicação	Momentos em que cada grupo apresenta ao restante da sala e à professora o que aprendeu enquanto estavam trabalhando. Neste momento, a professora questiona, amplia, corrige e interfere sempre que necessário, assegurando a aprendizagem de todos os alunos. O restante da turma, que assiste a apresentação, também faz perguntas ao grupo que está se apresentando.
6. Avaliação:	Momento em que as crianças fazem uma auto avaliação e a avaliação do grupo de trabalho. A aprendizagem, das crianças também é a validada pelo professor. De acordo com o aproveitamento do assunto por parte dos alunos, o professor propõe que os conteúdos discutidos neste dia sejam retomados e/ou aprofundados em outros dias.
7. Livro da vida:	Ao final da aula, os alunos escrevem e ilustram coletivamente nesse livro as vivências significativas do dia.

Fonte: Melli (2002, p. 28-30)

A escola trabalha de forma livre e integradora, os alunos com necessidades educacionais especiais e com quaisquer outros tipos de deficiência participam ativamente de todas as atividades propostas, os professores criam estratégias educativas e sociais permitindo ao aluno a naturalidade do aprendizado com prazer. O envolvimento da turma é determinante para uma melhor integração, melhores resultados no processo de educação, além de garantir uma sincronia de afetos e responsabilidades. (MELLI, 2002)

Na instituição existem alguns projetos para os alunos, dentre eles estão: *Enquanto seu lobo não vem* e os *Contos de Fadas*, são momentos para contar histórias de uma forma pedagógica e ilustrativa.

Para os Pais, existem dois projetos são eles: *Conhecendo a Escola do seu Filho* e *Tira Dúvidas*, o primeiro esclarece a proposta pedagógica da escola, já o segundo traz profissionais da área da saúde e da educação para discutir temas e propostas sugeridos pelos pais dos alunos da instituição. Além desses temos o projeto Escola

Integrada – Oficinas, que no turno oposto oferece aos alunos uma diversidade de oficinas propícias para todos. (MELLI,2002)

As avaliações são realizadas de acordo o aprendizado do aluno, levando em consideração seu desenvolvimento em cada proposta de atividade ou realizada. Cada criança é incentivada a fazer o seu melhor, tendo em vista as suas condições pessoais. Cabe ao professor adequar seus métodos ao seu processo de avaliação não esquecendo as fases de desenvolvimento social, afetivo e cognitivo do aluno, já que a aprendizagem depende desse progresso. (MELLI,2002)

Quanto ao alunos da instituição, a escola funciona em período integral e parcial com aproximadamente 400 alunos, dos quais cerca de 12 são alunos com déficit reais, sendo que 10 encontram-se atualmente no Ensino Fundamental e dois na Educação Infantil. O número máximo de aluno por turma são 32, em cada sala pode ser incluso até dois alunos com déficits reais de aprendizagem. São alunos portadores de síndromes genéticas, transtorno afetivo-comportamentais, transtorno de linguagem, transtornos neurológicos não especificados, além de crianças que têm dificuldade de aprender na escola apesar de não apresentar fator orgânico qual possa ser atribuída a dificuldade. (MELLI, 2002)

Segundo a professora, a escola recebe alunos multi-repetentes, cujas dificuldades estavam relacionadas a métodos de ensino que não lhes ofereciam oportunidades de compreender a realidade. Vale ressaltar que as arrecadações financeiras da escola são voltadas para a própria escola, na compra de material pedagógico, nas salas de aula, no espaço físico, informatização e no aperfeiçoamento e atualização da equipe de ensino. Todos os professores participam, antes de serem contratados, de um estágio de um ano na própria escola, frequentando os cursos, grupos de estudos e encontros de supervisão, tudo para a familiarização com a inclusão, envolvendo com a prática e aprofundando conhecimentos. (MELLI,2002)

Para os pais tem sido satisfatório a inclusão, segue alguns depoimentos:

A inclusão de nosso filho em uma classe comum, com crianças da mesma idade, está fazendo com que ele cresça aprendendo até mais rápido do que esperávamos. Sua inclusão também está ajudando bastante na sua capacidade de raciocínio e de seu lado social. Até agora sentimos que tomamos a decisão mais acertada, de acompanhar a faixa etária e não somente o grau de aprendizado, *Pai de um aluno com Síndrome de Down*. (MELLI, 2002, p. 37)

O ato da inclusão é essencial para conquistarmos avanços pedagógicos e obter resultados satisfatórios com o aluno, nesse relato o pai deixa claro a importância de incluir o chamado diferente em meio aos ditos normais e apesar do preconceito ter como resposta o desenvolvimento a nível pedagógico e social do aluno.

As crianças deficientes devem ter a mesma oportunidade que as crianças não deficientes para poderem, com a convivência, ser totalmente integradas à sociedade. Nós concordamos plenamente com a inclusão, e desejamos que todos possam desfrutar do mesmo espaço, não só na escola, mas em toda a sociedade. *Pai de um aluno sem deficiência*. (MELLI, 2002, p. 37)

Esse relato nos incentiva a aumentar as perspectivas e permanecermos atuantes enquanto educadores, proporcionando a todas as crianças com necessidades educacionais especiais ou não, um novo modelo de educação com novas ferramentas pedagógicas, sem preconceitos.

Estou satisfeita por vocês aceitarem meu filho nessa conceituada escola, seguindo o limite dele. A aceitação dele pelas crianças é visível e muito bom. Confio no trabalho que vocês estão realizando com eles. *Mãe de um aluno com transtorno afetivo-comportamental não especificado*. (MELLI, 2002, p. 37)

A aceitação por todas as partes dentro de uma instituição de ensino é um passo fundamental para um crescimento contínuo, aceitar é oportunizar mundos diferentes e conviver de forma igual e respeitosa. Tanto os pais quanto a sociedade em geral precisa adquirir esse nível humanização ao ponto de não mais existir diferenças tão agressivas. Enquanto isso, os alunos também se pronunciaram:

Nós achamos muito bom para eles e para nós, pois nós aprendemos com eles também, trabalhando em grupo (...). Nós sempre aprendemos alguma coisa com nossos amigos. (...) Todos temos dificuldades e somos capazes de melhorá-las. (...) Isso quer dizer que devemos respeitar as diferenças e dificuldades do outro para que todos aprendam mais e mais. (Graciele, Érica, Amanda e Samanta). (MELLI, 2002, p. 39).

Esse é o tipo de depoimento que o profissional de educação se envaidece e as lágrimas insistem em passear ao rosto, construir essa ideia do respeito mútuo e das diferenças é um desafio enorme. E quando alcançado gera um sensação de missão cumprida.

Nós ficamos felizes porque não é todo colégio que dá oportunidade a esses nossos amigos, aqui eles participam de tudo conosco, a professora ajuda e nós também. O L. é um exemplo em nossa sala, pois ele fica muito feliz de estar aprendendo. Nós gostamos muito dele e respeitamos suas dificuldades". (Kláucia, Gabriele, Evelin, Liliane, João Paulo e Lucas). (MELLI, 2002, p.39).

O aprendizado coletivo é parte do processo de ensino em sala de aula, envolver os alunos em uma dinâmica que fortaleçam os laços de amizade e despertem nele o respeito por todos é importante para o progresso da turma e dos alunos.

Sabe, eles estão numa escola legal, pois aqui todos nós podemos ajuda-los, em outras escolas os alunos trabalham sozinhos, cada um na sua carteira, e nessas escolas eles não teriam chance de aprender(...). (Cláudio, Ana Paula, Renam, Luana, Taís e Marcos). (MELLI,2002, p.39).

É imprescindível que a instituição de ensino quer seja pública ou privada esteja apta a desempenhar um papel sócio educativo para os estudantes, criando estratégias de técnicas e métodos que ajudem as crianças a se desenvolverem, a ter avanços educacionais. Ainda existem muitas escolas que não aceitam alunos com necessidades educacionais especiais, cada escola tem sua desculpa previamente elaborada para rejeitar o estudante. Geralmente a causa é a dificuldade de aceitação do novo, despreparo de profissionais e/ou custos que serão gerados.

Nós achamos bom que eles estudem conosco. A gente gosta da P., H., J., e da T. Eles são iguais a todos. Eles têm direito de crescer, brincar, pular e estudar... Quando eles chegaram aqui eles não escreviam, agora eles leem e escrevem". (Guilherme e Juliana). (MELLI,2002, p.40).

Esse é um depoimento que deixa claro o resultado que almejamos, alunos satisfeitos e progredindo educacionalmente. Aprendendo, desafiando-se e obtendo méritos.

De acordo com as narrativas acima, salientamos a importância dos planejamentos escolares, em especial o PPP- Projeto Político Pedagógico, o mesmo é a bússola que norteia ao longo do ano todas as etapas de desenvolvimento do ensino. Tornando os métodos e técnicas de ensino favoráveis ao desempenho final de cada aluno.

### **3.5.1 A.E.E – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Em 2008 foi sancionado o Decreto de nº 6.571 o mesmo dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – A.E.E. Esse documento o define como conjuntos de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Para tal o atendimento especializado deve ser

parte da proposta pedagógica da escola que adere ao programa de inclusão, desta forma envolver a família e as políticas públicas. Em seu artigo 2º está descrito os objetivos do AEE, segue:

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art.1º; II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (Decreto nº 6.571/2008).

Baptista e Mantoan (2005, p.26) advertem a importância desse atendimento ao assegurar que:

O atendimento educacional especializado garante a inclusão de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que aprendera em sala de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos apresentam para que os alunos com deficiência possa aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite aos alunos adaptar-se as exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

Certamente, esses alunos necessitam de estímulos contínuos para o seu desenvolvimento dentro e fora de sala de aula, o AEE oferta benefícios técnicos e modernos para esse aluno com necessidades educacionais especiais. Numa proposta de atendimento especializado, esses profissionais dedicam-se a uma série de estudos específicos para cada aluno, ajudando mutuamente estudantes e professores. O atendimento especializado deve está garantido nas Leis municipais, estaduais e federais, além dos projetos pedagógicos e regimentos escolares.

Segundo Alves(2006), nas salas de recursos multifuncionais não são trabalhados conteúdo específicos, mas sim, atividades que contribua para a construção de conhecimentos nas disciplinas. Devendo o aluno experimentar diversas opções de equipamentos até que encontre aquele que se ajuste a sua necessidade. Desta forma as salas de recursos multifuncionais são definidas como:

(...) espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-as para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES, p.13, 2006).

Dessa forma as instituições de ensino são responsáveis por ter os materiais de acordo com as necessidades dos alunos, nesse caso quanto mais recursos melhor para as muitas possibilidades de diferentes resultados que cada aluno pode ter.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral, pesquisamos a inclusão escolar do aluno educacional especial no ensino fundamental. E alcançamos nossos objetivos específicos fazendo um levantamento das principais dificuldades encontradas pelo professor e pelo aluno com necessidades especiais. Além de propor técnicas e métodos para auxiliar na didática do professor de alunos com necessidades educacionais especiais. Analisando um modelo de planejamento específico com os profissionais que atuam diretamente com esses alunos, incluindo a participação da família e do corpo clínico.

As hipóteses foram comprovadas ao longo da pesquisa bibliográfica através de estudos pertinentes para o aprofundamento do tema, todos os tópicos tiveram uma contribuição singular para o aprendizado fim.

São constantes os desafios do professor do ensino fundamental com alunos que dispõem de necessidades educacionais especiais, quer seja na rede pública ou na rede particular de ensino, além de formação continuada, adaptações do currículo e atendimento educacional especializado para complementar as atividades que são desenvolvidas, o profissional tem que ter postura, atitudes e mentalidade ativas para o processo de inclusão.

Todas as crianças têm direito à educação de qualidade, por esse motivo o fato de ter ou não uma deficiência não o impede de se desenvolver em meio a sociedade e no âmbito escolar, tendo assim a oportunidade de crescimento intelectual e profissional.

A pergunta norteadora desse trabalho monográfico indaga: Como o professor do ensino fundamental pode contribuir no processo de inclusão escolar desse aluno com necessidades educacionais especiais. Em resposta afirma-se que aos professores cabe a formação continuada, não sendo necessários novos profissionais para a sala de aula com currículos específicos, e sim, os mesmos docentes com um olhar clínico, com novas concepções e conhecimentos que os façam evoluir com assuntos e temas atuais da sua área de formação.

Entender o processo de inclusão escolar, as necessidades educacionais especiais dos alunos e as fases do desenvolvimento é fundamental para um docente avido de estratégias para implementar em suas aulas, criando desta forma

atividades para todos os públicos, em especial os que possuem necessidades educacionais especiais.

O educador não desenvolve um bom trabalho educacional sozinho, nesse contexto contamos com a participação ativa dos pais, das instituições de apoio especializado, do demais colegas da instituição de ensino, da direção escolar, mas principalmente dos alunos que não tem necessidade educacional especial, os mesmos são um incentivo diário e constante em sala, é um vínculo que positivamente beneficia a classe como um todo.

Diante do exposto, entendo que os professores são capazes de fazer mais e melhor sempre, baseado em um planejamento, utilizando-se técnicas e métodos que atendam às necessidades, encontrando alternativas diferenciadas para desenvolver os alunos, são passos para que a inclusão avance. Vale ressaltar a necessidade de maior assistência ao professor quanto a formação continuada e valorização da sua mão de obra.

As dificuldades no processo de inclusão são infindáveis e incluir exige mudanças a fim de melhorar a qualidade do ensino de forma geral. Espera-se que a pesquisa contribua para o desenvolvimento de técnicas e métodos inclusivas, permitindo que o aluno com necessidades educacionais especiais sejam participantes contínuos. Novos estudos devem abordar mais técnicas e métodos específicos que garantam o sucesso dos professores e o desenvolvimento do estudante, salientando que cada aluno com necessidade educacional especial tem seu grau de dificuldade no ensino.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Denise de Oliveira (Org.). **Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BAUMEL, Roseli C.R.C. et col. **Integrar / Incluir: desafio para a escola atual**. São Paulo: FE-USP, 1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e Cultura**. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília. Corde, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2 ed., Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Básica**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MECSEESP, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Plano, 2001b. (Apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Atendimento Educacional Especializado. Decreto nº 6.571/2008. de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> .

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1998**. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) . Acesso em: 04/03/2018.

CARVALHO, R.E. – **Adaptações curriculares e as propostas de educação para todos**. Curitiba. Workshop realizado no II Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. 4 a 7 de abril. 1998. 17p.(Mimeo).

CARVALHO, Rosita Elder. **O Direito de Ter Direito**. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

Coll, César; Marquesi, Álvaro; Palacio, Jesús (2010) **Desenvolvimento Psicológico e Educação – Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Artmed.

E.C.A – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI Nº 8.069/90. Art.5º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.html) . Acesso em 01/05/2018.

ESTRELA, M. T. **A relação pedagógica: disciplina e indisciplina na escola**. Lisboa: Porto Editora, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas,2010.

Informe. **Warnock**. 1978. Disponível em: <http://www.atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/09/RELATORIO-WARNOCK.pdf> . Acesso em: 03/03/2018.

Mantoan, M.T.E. – **Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: Que formação para professores?** In: Mantoan, M.T.E. (org.) – **A integração de pessoas com deficiência – contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Memmon/SENAC.1997ª. p.119-127.

MANTOAN, Maria Teresa Eglen: **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. Memmon.2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Marconi, M. de A. Lakatos, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Marchesi, Á. MARTIN, E. Da **terminologia do distúrbio às necessidades especiais**. In: COLL. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MEC. **Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf> . Acesso em 30/05/2018.

Norwich, B. (1990). **Reappraising special needs education**. Londres: Cassell. \_\_\_\_\_ (1993). **Ideological dilemmas in special needs education: practitioners' views**. Oxford Review of education, 19 (4), 527-546.

SASSAKI, R.K. – **As Escolas Inclusivas na Opinião Mundial**. In: Sasaki, R.K. **Educação para o trabalho**. Curitiba, 1998. Workshop realizado no II Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. 4 a 7 de abril. 1998. 2p. (mimeo).

SASSAKI, R. K. **Inclusão – Construindo uma Sociedade para Todos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Saint-Laurent, L. – **A educação de alunos com necessidades especiais**. In: Mantoan, M.T.E. (org.) – **A integração de pessoas com deficiência – contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Memnon/SENAC. 1997. p.67-76.

SEED. Secretaria de Educação. **De qual política de inclusão educacional estamos falando?** Inclusão escolar e o atendimento a diversidade. Departamento de Educação Especial, Paraná, 2008/2009.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. Campinas: Editores Associados, 1995.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 10/02/2018.

UNICEF. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.html) . Acesso em 29/05/2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.